

Relatório da Administração

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais de 2021 e 2020. Colocamo-nos à disposição dos Senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 22 de março de 2022. A Diretoria.

Demonstrações financeiras

1. Balanço Patrimonial Ativo

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
ATIVO			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	1.026	9
Tributos a recuperar	5	11	56
Total do circulante		1.037	65
Não circulante			
Tributos a recuperar	5	1.754	2.650
Total do não circulante		1.754	2.650
Total do ativo		2.791	2.715

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
PASSIVO			
Circulante			
Impostos e contribuições sociais	8	2	-
Total do circulante		2	-
Não Circulante			
Débitos com partes relacionadas	6	384	352
Total do não circulante		384	352
Patrimônio líquido			
Capital social	9.1	2.194	2.194
Reservas de lucros	9.2 e 9.3	41	9
Reserva especial de dividendos	9.4	170	160
Total patrimônio líquido		2.405	2.363
Total do passivo e patrimonio líquido		2.791	2.715

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

3. Demonstrações de Resultados

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	Nota	2021	2020
Despesas gerais e administrativas	10	(2)	(27)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(2)	(27)
Receita financeira	11	86	65
Despesas financeiras	11	(34)	(23)
Despesas financeiras líquidas		52	42
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		50	15
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	4	(21)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(12)	19
Lucro líquido do exercício		42	13
Lucro básico e diluído por ação ordinária - R\$	12	0,010	0,003

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

4. Demonstração do Resultado Abrangente

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido do exercício	12	42	13
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado:		-	-
Total de outros resultados abrangentes do exercício		42	13

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

5. Demonstrações dos Fluxos de Caixa

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares reais)

	Nota	2021	2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	12	42	13
Imposto de renda e contribuição social	7	8	2
Despesas com juros e variações monetárias - líquidas		(53)	16
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar		1.020	(68)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais		(6)	(48)
Caixa líquido (consumido) pelas atividades operacionais		1.011	(85)
Atividades de financiamento			
Débitos com partes relacionadas		6	92
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento		6	92
Variação líquida do caixa		1.017	7
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	9	2
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	1.026	9
Variação líquida do caixa		1.017	7

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

6. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares reais)

	Nota	2021	2020
Geração do valor adicionado:			
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Materias, Serviços de terceiros e outros	10	(2)	(27)
Valor adicionado bruto		(2)	(27)
Valor adicionado líquido		(2)	(27)
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	11	90	68
Valor adicionado total a distribuir		88	41
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		12	5
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	11	34	23
Remuneração de capitais próprios			
Lucros retidos	12	42	13
		88	41

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

7. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reservas de lucros		Reserva especial de dividendos	Lucros acumulados	Total
		Legal	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2020	2.194	8	-	148	-	2.350
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	13	13
Proposta de destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal	9.2	-	1	-	(1)	-
Reserva especial de dividendos	9.4	-	-	12	(12)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.194	9	-	160	-	2.363
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	42	42
Proposta de destinação do lucro líquido:						-
Reserva legal	9.2	-	2	-	(2)	-
Reserva de retenção de lucros	9.3	-	-	30	(30)	-
Reserva especial de dividendos	9.4	-	-	10	(10)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.194	11	30	170	-	2.405

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Notas Explicativas

QMRA PARTICIPAÇÕES S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A QMRA Participações S.A. (Companhia ou QMRA) é uma sociedade por ações de capital fechado, brasileira, com a sede na cidade de Cataguases - MG, sob o controle acionário da empresa Rede Energia Participações S.A., que tem por objetivo a participação em empresas, negócios e empreendimentos relacionados às atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

1.1. Efeitos COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos expressivos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também veem publicando diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no exercício de 2021

Em 2021, a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo vírus, permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade, tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses fomos assolados por uma nova variante, a Omicron, qual tem apresentado ameaças mundo afora, contudo, não representou, até o momento, impactos consideráveis na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicas da população brasileira. Contudo, no fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação do vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade científica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos. Até o momento a Administração da Companhia não identificou impactos relevantes em suas operações em função dos impactos da pandemia.

A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19 ocorrido no exercício de 2021, conforme detalhado na nota explicativa nº 1.1, e concluíram que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2022.

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b) **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, contas a pagar, ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis - Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

- c) **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a empresa avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado da empresa. Em 31 de dezembro de 2021, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro adotados pela Companhia;

- d) **Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Dessa forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

- e) **Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e
- f) **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, para as Companhias abertas, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB *International Accounting Standards Board*

- (i) **Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:**

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 - Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 - Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 08; IFRS 7 / CPC 40 (R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários (“lease concessions”) em decorrência da pandemia de COVID-19	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Operações Compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 65,0% do CDI.

Descrição	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	55	9
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações compromissadas	971	-
Total caixa e equivalentes de caixa ⁽¹⁾	1.026	9

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.764	2.706
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1	-
Total	1.765	2.706
Total - circulante	11	56
Total - Não circulante	1.754	2.650

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos no futuro, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

6. Partes relacionadas

As partes relacionadas da Companhia são acionistas e empresas ligadas e o pessoal-chave da administração. A Companhia é controlada pela REDE ENERGIA PARTICIPAÇÕES S/A, (100% do capital total).

Transações com partes relacionadas efetuadas durante os exercícios pela Companhia:

	Mútuos ⁽¹⁾	Despesas financeiras
Rede Energia Participações S/A	(384)	(26)
2021	(384)	(26)
2020	(352)	(16)

(1) Os contratos de mútuos com partes relacionadas são remunerados pela taxa média de captação junto a terceiros, no exercício foi em média de CDI + 0,5914 a.a. (CDI + 0,4084 % a.a. em 2020).

7. Imposto diferido e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, apropriados no resultado do exercício, podem ser assim demonstrados:

	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	50	15
Alíquota fiscal combinada	24%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(12)	(5)
Ajustes:		
Créditos tributários de períodos anteriores reconhecidos no exercício	4	3
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	(8)	(2)
Alíquota efetiva	(16,00%)	(13,33%)

8. Impostos e contribuições sociais

	2021
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	1
Contribuições ao PIS e a COFINS	1
Total - Circulante	2

9. Patrimônio líquido

9.1. Capital Social

O capital social da Companhia é de R\$2.194 (R\$2.194 em 2020) composto por 4.371.366 (4.371.366 em 2020) ações ordinárias sem valor nominal.

9.2. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

9.3. Reserva de Lucros - reserva de retenção de Lucros

O montante de reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$30 que foram retidos com base no orçamento de capital aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

9.4. Reserva Especial de dividendos

A parcela destinada aos dividendos mínimos obrigatórios calculados a razão de 25% do lucro líquido ajustado,

apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 no montante de R\$10 (R\$12 em 2020) foram destinados a reversa especial de dividendos. De acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, estes montantes, se não absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

9.5. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	42	13
Reserva legal (5%)	(2)	(1)
Lucro líquido ajustado	40	12
Dividendos obrigatórios (25%)	10	3
Reserva especial de dividendos - correspondem a R\$0,00231644525 (R\$0,002800383 em 2020) por ação ordinária	10	12
Total dos dividendos	10	12
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

10. Despesas gerais e administrativas

	2021	2020
Serviço de terceiros	1	27
Outras	1	-
	2	27

11. Resultado financeiro

	2021	2020
Receitas Financeiras		
Receita de aplicações financeiras	11	-
Juros recebidos-Selic	79	68
Tributos s/receita financeira - PIS/COFINS	(4)	(3)
Total receitas financeiras	86	65
Despesas Financeiras		
Despesas com IOF/IR	(8)	(7)
Despesa de atualização de mútuo	(26)	(16)
Total despesas financeiras	(34)	(23)
Receitas financeiras líquidas	52	42

12. Lucro básico e diluído por ação

Cálculo do lucro por ação em milhares de reais, exceto valor por ação.

Resultado básico por ação	2021	2020
Numerador		
Lucro líquido do exercício	42	13
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações	4,731	4.371
Lucro básico por ação (*)		
Ações ordinárias	<u>0,010</u>	<u>0,003</u>

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

13. Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos

Em função da natureza dos instrumentos financeiros da Companhia: depósitos bancários, avaliados ao valor justo por meio do resultado, com instituição financeira de grande porte e contas a receber e a pagar com partes relacionadas (nota explicativa nº 6). A Companhia entende não estar exposta a riscos vinculados a instrumentos financeiros tais como: juros, crédito ou liquidez.

Em 2021 e 2020, a Companhia não possui e nem operou com instrumentos derivativos.

14. Informações adicionais ao fluxo de caixa

Em 2021 e 2020 as demonstrações financeiras da Companhia não foram impactadas por transações não caixa relevantes.

- * -

Diretoria Executiva

Maurício Perez Botelho
Diretor Presidente

Alexandre Nogueira Ferreira
Diretor vice-presidente

Vicente Côrtes de Carvalho
Contador
CRC MG-042523/O-7